

A questão do método em Foucault

The question of method in Foucault

Adelmar Santos de Araújo¹

historiaecultura2011@gmail.com

Resumo

O presente texto é fruto de uma pesquisa teórica em andamento, que visa a discutir a questão do método em Michel Foucault, pois ainda se constata sérias confusões entre os críticos do pensador francês. De um lado, há os contrários que insistem em afirmar, sem maiores cuidados, que Foucault negaria todo e qualquer tipo de método; de outro lado, há os que saem em defesa de Foucault e se preocupam em explicar o seu método. Daí o nosso interesse em aprofundar a discussão, pois acreditamos que ela é bem maior e mais complexa, uma vez que o próprio Foucault não se diz um **negador** de métodos, nem tampouco defende qualquer outro. Enquanto, para muitos, o método é um caminho a ser seguido, para Foucault, trata-se de um ponto de chegada.

Palavras-chave: Michel Foucault; Método; Arqueologia; Epistemologia; História.

Abstract

This text is a result from a theoretical research in progress, to discuss the question of method in Michel Foucault, for there is still serious confusion among the French thinker critics. On one side, there are those who carelessly insist that Foucault deny any kind of method; on the other hand, there are those who defend Foucault and try to explain his method. Hence our interest in discussing the issue, because we believe it is so much broad and more complex, since Foucault thinks himself as a not denier of methods, nor defends any other. While for many the method is a way to follow, to Foucault it is a point of arrival.

Keywords: Michel Foucault; Method; Archeology; Epistemology; History.

¹ Doutorando em Educação PUC-Goiás.

Eu não estou interessado
 Em nenhuma teoria
 Em nenhuma fantasia
 Nem no algo mais
 [...] A minha alucinação
 É suportar o dia-a-dia
 E meu delírio
 É a experiência
 Com coisas reais
 (Belchior)

Vários, como eu sem dúvida, escrevem para não ter mais um rosto. Não me pergunte quem eu sou e não me diga para permanecer o mesmo: é uma moral de estado civil; ela rege nossos papéis. Que ela nos deixe livres quando se trata de escrever. (Michel Foucault)

Parece oportuno começar o texto com dois trechos em epígrafe: um do filósofo, historiador e pensador Michel Foucault; outro do também pensador, além de poeta e cantor, Belchior. Embora tenha sido intencional a escolha, não foi meramente um ponto de partida. Nem tampouco de chegada. Um percurso de leitura? Talvez. O título deste texto já martelava há algum tempo. Mais precisamente após a leitura das obras *A arqueologia do saber*, de Michel Foucault (1986), e *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault*, de Roberto Machado (1988). Embora não seja minha intenção aqui explorar a fundo essas duas obras, é por elas ou, se quiser, a partir delas, que transitarei, basicamente para pensar a questão do método em Foucault. Talvez a palavra **método** não soe muito bem. Em todo caso, é a partir dela que discuto acerca da arqueologia de Michel Foucault.

Segundo Roberto Machado (1988), pensar a arqueologia de Michel Foucault como método de investigação implica em compreender a epistemologia francesa de Bachelard, Cavallès, Koyré, Canguilhem, mas é preciso observar que, enquanto a história epistemológica situa-se no nível dos conceitos científicos, “investiga a produção da verdade na ciência”, a história arqueológica não privilegia a “questão normativa da verdade”, nem “estabelece uma ordem temporal de recorrências a partir da racionalidade científica atual” (MACHADO, 1988, p. 11). Desaparece a história do progresso da razão. Trata-se de uma história dos saberes, na qual as inter-relações conceituais ao nível do saber são o foco das atenções da história arqueológica de Michel Foucault.

Roberto Machado (1988) sugere que a riqueza do método arqueológico é “ser um instrumento capaz de refletir sobre as ciências do homem enquanto saberes” (p. 11). Contudo, é o próprio Roberto Machado (1988) quem adverte:

o método de análise proposto por Foucault é geralmente conhecido como “arqueologia do saber”. O que talvez pouca gente saiba é que esta denominação é um ponto de chegada, não um ponto de partida; é o resultado de um processo, também histórico, em que, para se definir, a arqueologia procurou sempre se situar em relação à epistemologia. Daí o privilégio que conferimos a essa relação. (p. 10)

Nessa perspectiva, Alfredo Veiga-Neto (2009) explica que, se aceitarmos método e teoria em seus sentidos mais amplos/*soft*, acertaremos ao dizer que a arqueologia e a genealogia são **métodos foucaultianos**. “Mas, em parte para evitar as exigências conceituais da tradição moderna, Foucault geralmente evita falar em método” (VEIGA-NETO, 2009, p. 89). Para Foucault, afirma o autor, *A arqueologia do saber* não é um livro metodológico. Entretanto, se se tomar o verbo **constituir** no sentido de formar, organizar, estabelecer, diz Alfredo Veiga-Neto (2009), “as máximas foucaultianas **constituem uma teoria** e apontam um método ou, talvez melhor dizendo, **constituem uma teorização** – como um conjunto aberto/inacabado de práticas que se valem de diferentes métodos” (p. 92 – grifos do autor).

Feitas essas ressalvas, passemos para outro ponto. Roberto Machado (1988) lembra que “o termo arqueologia sempre foi utilizado para distinguir a história realizada por Michel Foucault das histórias das ideias e para situá-la em relação à epistemologia” (p. 12). É o próprio Foucault (1986) quem escreve: “a história das ideias é, então, a disciplina dos começos e dos fins, a descrição das continuidades obscuras e dos retornos, a reconstituição dos desenvolvimentos na forma linear da história” (p. 158). Fica claro, portanto, que a história arqueológica de Foucault trata de uma **outra** história.

Já na introdução de *A arqueologia do saber*, Michel Foucault resume que, em sua forma tradicional, a história se ocupava em “memorizar” os **monumentos** do passado, torná-los **documentos** e

fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem; em nossos dias, a história é o que transforma os **documentos** em **monumentos** e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em

conjuntos [...] poderíamos dizer, jogando um pouco com as palavras, que a história, em nossos dias, se volta para a arqueologia – para a descrição intrínseca do monumento. (1986, p. 8 – grifos do autor).

Cabe, aqui, abrimos um parêntesis e deixarmos que um historiador expresse suas impressões acerca de Michel Foucault e sua relação com a história nova. Mas por que isso? Ora, segundo Peter Burke (1997), Foucault caminhou lado a lado com a terceira geração dos *Annales*². Assim como os historiadores da Escola dos *Annales*, Michel Foucault “estava preocupado em ampliar os temas da história” (p. 117). Burke ressalta ainda que, embora Foucault não aceitasse a “abordagem dos *Annales*, em relação à história intelectual, o que considerava a ênfase excessiva na continuidade” (p. 118), ele, Foucault, seria devedor dos *Annales*.

O débito de Foucault em relação aos *Annales* pode ter sido menor do que deve a Nietzsche, ou aos historiadores da ciência, como Georges Canguilhem (através de quem tomou conhecimento da noção de descontinuidade intelectual), mas é mais substancial do que ele próprio jamais admitiu. O que Foucault gosta de denominar sua “arqueologia” ou sua “genealogia”, tem, pelo menos, uma semelhança familiar com a história das mentalidades. Ambas as abordagens mostram uma grande preocupação com tendências de longa duração e uma relativa despreocupação com pensadores individualizados. (BURKE, 1997, p. 117-118)

A citação incita o debate. Eis aqui uma pista para uma futura discussão. Antes de fecharmos o parêntesis, vejamos o que o filósofo Gilles Deleuze tem a dizer sobre o “Foucault historiador”. Deleuze (2000, p. 118-119) reafirma que a história faz parte do método foucaultiano, mas, segundo ele, “Foucault nunca virou historiador”. A relação com a história inventada pelo filósofo Foucault, diz Deleuze, é diferente da dos filósofos da história. Em Foucault, temos uma história que não constitui nossa identidade, mas, ao contrário, a dissolve em “proveito do outro que somos”. Segundo Deleuze (2000), “o grande princípio histórico de Foucault é: toda formação histórica diz tudo o que pode dizer, e vê

² Conforme Peter Burke, na obra *A escola dos Annales (1929 – 1989): a revolução francesa da historiografia* (1997), o surgimento de uma terceira geração dos *Annales* “tornou-se cada vez mais óbvio nos anos que se seguiram a 1968. Em 1969, quando alguns jovens como André Burguière e Jacques Revel envolveram-se na administração dos *Annales*; em 1972, quando Braudel aposentou-se da Presidência da VI Seção, ocupada, em seguida, por Jacques Le Goff; e em 1975, quando a velha VI Seção desapareceu e Le Goff tornou-se o presidente da reorganizada École des Hautes Études en Sciences Sociales, sendo substituído, em 1977, por François Furet” (p. 79). A segunda geração dos *Annales* teve como principal expoente Fernand Braudel, que sucedeu aos fundadores Lucien Febvre e Marc Bloch.

tudo o que pode ver” (p. 121). Na verdade, não estava entre as maiores preocupações de Foucault dizer de si **isto ou aquilo**, filósofo ou historiador. Deixemos, então, que o próprio Foucault se manifeste.

Se a filosofia é memória ou retorno da origem, o que faço não pode, de modo algum, ser considerado como filosofia, e se a história do pensamento consiste em tornar a dar vida a figuras semiapagadas, o que faço não é, tampouco, história. (FOUCAULT, 1986, p. 233)

Vimos, pois, que Foucault ou, melhor dizendo, seu discurso não busca determinar o lugar de onde fala. Trata-se de um “discurso sobre discursos”, em cujas intenções não está a de neles encontrar uma lei camuflada, uma origem recoberta à espera de ser libertada; não pretende tampouco fundar, “por si mesmo e a partir de si mesmo, a teoria geral da qual eles seriam modelos concretos” (p. 233). Eis aí, a meu ver, a **essência** da arqueologia. Ela não é ciência e nem nunca foi apresentada como tal. Foucault (1986) afirma: “em vez de traçar o plano de um edifício a ser construído, dediquei-me a fazer o esboço – reservando-me o direito de fazer muitas correções – do que realizara por ocasião de pesquisas concretas” (p. 234).

Em outro momento, Foucault (2005) assinala: “é preciso ressaltar que não endosso sem restrições o que disse nos meus livros... No fundo, escrevo pelo prazer de escrever” (p. 157). Roberto Machado (1988) lembra que, do ponto de vista metodológico, qualquer livro de Michel Foucault é sempre diferente do outro, pois não há uma unidade metodológica nos escritos foucaultianos. Daí, a necessidade de se estudar a “trajetória da arqueologia” (p.13).

Roberto Machado explica que falar de método arqueológico, não significa tomar essa expressão no sentido de um número determinado de procedimentos invariáveis a serem empregados na produção de um conhecimento. Entretanto, se a arqueologia se desloca sucessivamente, não se trata, portanto, de uma insuficiência, nem de “uma falta de rigor: assinalam uma provisoriedade assumida e refletida pela análise. Com Michel Foucault, é a própria ideia de um método imutável, sistemático, universalmente aplicável que é desprestigiada” (MACHADO, 1988, p. 14). A *démarche* de Foucault

implicará tanto no abandono da ciência como objeto privilegiado, quanto a conservação da exigência filosófica de realizar uma análise conceitual – e não

factual – do discurso. Desaparecimento, portanto, das categorias de ciência e epistemologia que têm como correlato o aparecimento de um novo objeto – o saber – e um novo método – a arqueologia. (MACHADO, 1988, p. 12)

Machado (1988) analisa a *démarche* arqueológica, no sentido de dar conta dela enquanto processo; estuda sua formação e suas transformações no tempo; busca “determinar sua trajetória, isto é, tanto os deslocamentos com relação à epistemologia quanto às modificações internas que conduzem à arqueologia do saber” (p. 13). Michel Foucault (2005) na antepenúltima página de *A verdade e as formas jurídicas* se refere à arqueologia como uma “máquina crítica” cujo papel seria recolocar em questão certas relações de poder. Tal máquina “tem ou deveria ter, uma função libertadora. Na medida em que passamos a atribuir à poesia uma função libertadora, diria não que a arqueologia é, mas eu desejaria que ela fosse poética” (p. 156). A poesia, ou “experiências poéticas como as de Mallarmé”, assim como a linguística, caminham para perguntar **o que é a linguagem**. Para Foucault (2005) “a capacidade da linguagem, sua materialidade, tornou-se um problema” (p. 158).

Em *As palavras e as coisas*, Foucault (2010) afirma que “a partir do século XIX, a linguagem se dobra sobre si mesma, adquire sua espessura própria, desenvolve uma história, leis e uma objetividade que só a ela pertencem. Tornou-se um objeto do conhecimento entre tantos outros”(p. 409-410). Agora, importa somente aplicar os métodos do saber em geral a um domínio singular da objetividade; não necessita mais se aproximar o mais perto possível do próprio conhecimento, quando se trata do conhecer a língua. Trata-se de nivelar a linguagem ou, em outros termos, reduzi-la ao “puro estatuto de objeto”. Michel Foucault explica que esse nivelamento é compensado de três maneiras. 1) “pelo fato de ser ela uma mediação necessária para todo conhecimento científico que pretende manifestar-se como discurso” (p. 410); 2) pelo “valor crítico que se emprestou ao seu estudo” (p. 412); 3) pelo “aparecimento da literatura” (p. 415).

Do primeiro caso, Foucault afirma desdobrar duas preocupações. A primeira preocupação tem a ver com a linguagem científica. Segundo José Ternes (2009) “o sonho positivista tornar-se-ia, então, uma possibilidade concreta, perfeitamente de acordo com a disposição da *episteme* moderna”

(p.136). Nas palavras de Foucault (2010) trata-se de “uma linguagem-quadro, como aquela, certamente, com que sonhava Cuvier, quando atribuía à ciência o projeto de ser ‘uma cópia’ da natureza” (p. 410). A outra preocupação apresentada por Foucault consiste em “buscar uma lógica independente das gramáticas, dos vocabulários, das formas sintéticas, das palavras”. Haveria, pois, a necessidade de nascer uma lógica simbólica, com Boole³, na mesma época. De acordo com José Ternes (2009), a

questão já não é a linguagem científica; diz respeito ao próprio pensamento. A gramática Geral, sobrepondo linguagem e pensamento, constituía-se, inevitavelmente, em uma lógica. Mas a filologia e/ou gramática histórica não mais podem exercer o duplo papel de analisar a linguagem e, ao mesmo tempo, o pensamento. Abre-se, então, um espaço, ainda hoje existente, para um saber cuja tarefa seria “inventar uma língua que fosse antes simbolismo que linguagem e que, por esse motivo, fosse transparente ao pensamento, no movimento mesmo que lhe permite conhecer”. (p. 136)

Do segundo caso, ou segunda compensação ao nivelamento da linguagem, de acordo com Foucault, há um reflorescimento muito marcante, no século XIX, de todas as técnicas de exegese e que isso

deve-se ao fato de que a linguagem retomou a densidade enigmática que tinha no Renascimento. Mas não se trata agora de reencontrar uma fala primeira que aí estivesse enterrada, mas de inquietar as palavras que falamos, de denunciar o vinco gramatical de nossas ideias, de dissipar os mitos que animam nossas palavras, de tornar ruidosa e audível a parte de silêncio que todo discurso arrasta consigo quando se anuncia. (2010, p. 412)

De acordo com José Ternes (2009), trata-se de uma “mudança radical na forma de se perceber a constituição interna de uma língua e suas relações com outras” (p. 134). Assim, podemos ver a diferença do projeto da linguagem da Idade Clássica, no qual a língua desempenhava sempre função enquadrada nos limites da representação, em relação à linguagem Moderna. “Não se trata mais, agora, diz Ternes, de avaliar o atraso ou perfeição de uma língua; trata-se de investigar o seu espaço gramatical autônomo” (TERNES, 2009, p.134). Como lembra Ternes (2009), a língua, agora, acha-se sempre ligada a um

³³ Com George Boole (1815-1864), temos a moderna concepção de álgebra como o desenvolvimento abstrato das consequências de um grupo de postulados, sem necessariamente a interpretação ou aplicação de números. Embora a criação de Boole tenha sido melhorada, sua lógica simbólica foi esquecida por um considerável tempo depois de sua invenção. Foi com Whitehead e Russel em *Principia Mathematica* (1910-1913), que um grupo de matemáticos se convenceu que a lógica simbólica merecia receber atenção digna no campo da ciência.

povo. E, conforme acrescenta o autor, as línguas, em sentido estrito, carecem de história, acontecimento eliminado na Idade Clássica. Com o limiar da Modernidade, tem-se a definição para uma história interna, interior.

A partir dessa nova orientação epistemológica, não se pode mais falar em línguas bem-feitas ou mal-feitas, superiores ou inferiores, civilizadas ou selvagens. Na medida em que cada uma tem leis de formação e de transformação próprias, todas merecem a mesma dignidade epistemológica da parte do filólogo. Não se trata, então, de simplesmente estabelecer o mapa das línguas existentes. Trata-se de investigar as suas raízes e de estabelecer os parentescos possíveis, que não se encontram, talvez, lá onde as aparências e a tradição costumam situá-los. (TERNES, 2009, p. 135)

Sobre a terceira compensação ao nivelamento da linguagem, escreve Foucault (2010): “da literatura como tal, pois, desde Dante, desde Homero, existiu realmente, no mundo ocidental, uma forma de linguagem que nós, agora, denominamos ‘literatura’. Mas a palavra é de recente data” (p. 415). O autor explica que, no início do século XIX, ocasião em que a linguagem se surpreendia na sua

espessura de objeto e se deixava, de parte a parte, atravessar por um saber, ela se reconstituía alhures, sob uma forma independente, de difícil acesso, dobrada sobre o enigma de seu nascimento e inteiramente referida ao ato puro de escrever. (p.415).

A literatura **aparece**, segundo Ternes (2009), como um acontecimento de “possibilidade mesma de objetivação da linguagem”, que “no entender de Foucault, liberou, inesperadamente, a linguagem no seu ser puro” (p. 137).

Feitas essas considerações acerca das três compensações, segundo Foucault, do nivelamento da linguagem, cabe lembrar qual é a concepção de Michel Foucault sobre a linguagem. Segundo Alfredo Veiga-Neto (2011) “Foucault assume a linguagem como constitutiva do nosso pensamento e, em consequência, do sentido que damos às coisas, à nossa experiência, ao mundo” (p. 89). Veiga-Neto vê estreita proximidade entre Foucault e o filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein, para quem “é pela linguagem que damos sentido às coisas (mundo)” (VEIGA-NETO, 2011, p. 90). Os dois filósofos entendem que as verdades são inventadas pela razão, e não descobertas por ela. Nesse sentido, a linguagem é a linguagem de cada época. Ela é ao mesmo tempo objeto e veículo através do qual todos os objetos se dão. Contudo, para

os limites deste trabalho, nos parece que a proximidade que Veiga-Neto vê entre Foucault e Wittgenstein não está posta em terreno sólido o bastante. O próprio Veiga-Neto (2011) não dedica muitas páginas a tal aproximação, e, se olharmos com um pouco mais de atenção, poderemos ver sérias controvérsias. Por exemplo, em ensaio escrito em 1918, Wittgenstein teria acreditado ter “resolvido em essência definitivamente os problemas”, ou a propósito de ideias comunicadas com “intocáveis e definitivas” (*apud* STÖRIG, 2008, p. 573). Em Foucault, nenhum problema está definitivamente resolvido, e nenhuma ideia é tampouco intocada.

Em *A arqueologia do saber* vemos, diz Veiga-Neto (2011),

que as práticas discursivas moldam nossas maneiras de constituir o mundo, de compreendê-lo e de falar sobre ele. E, ainda que uma prática discursiva dependa da nossa vontade, essa não é suficiente para gerá-la e fazê-la funcionar. (p. 93)

Em outros termos, o sujeito de um discurso não tem o controle de uma intenção comunicativa. Michel Foucault enfatiza que há regras no discurso, melhor dizendo, regras próprias da prática discursiva. “Essas regras definem não a existência muda de uma realidade, não o uso canônico de um vocabulário, mas o regime dos objetos” (1986, p.56).

Margareth Rago (2009) lembra que o discurso em Foucault se dá como “prática instituinte, como materialidade, como aquilo que cria os objetos de que fala” (p. 17). A loucura, por exemplo, “resulta da captura de determinados comportamentos pelo discurso médico psiquiátrico, que, com suas regras de formação, criaram um objeto chamado loucura” (RAGO, 2009, p. 18). A autora destaca a dedicação do filósofo francês para construir um pensamento diferente, em cuja diferença do outro fosse tematizada de outro modo e a levantar outras formas de reflexão, de maneira que rompesse com a lógica da identidade. Assim, Foucault consegue pensar o **outro** em sua positividade. Com isso, é possível ver o outro de uma maneira como nunca vimos antes, da mesma forma, pensar em questões nunca pensadas.

Sua questão filosófica é: como podemos pensar de outro modo do que pensamos, ver de outro modo do que vemos? Como é possível criar novos mundos, inventar novas subjetividades, ser outros e outras do que somos? E para isso, para responder às suas indagações, Foucault recorre à história do

ocidente, recuando progressivamente até chegar aos gregos. (RAGO, 2009, p. 15)

Entretanto, é bom que fique claro, esse recuo de Foucault, ao qual se refere Margareth Rago, não é em busca de nenhuma origem⁴, é tão somente para saber como e em que condições determinado discurso prevaleceu e/ou sofreu reversos. Aqui chamamos a atenção para o conceito de *episteme* que Foucault traz em *As palavras e as coisas*. Vale lembrar que a palavra introduzida por Foucault não tem a ver com a *episteme* aristotélica. Trata-se de outra coisa: da história dos acontecimentos do pensamento. A *episteme* não é uma questão do ser humano, mas do saber; tem a ver com condições de possibilidades, ou seja, o espaço sob o qual Foucault analisa é chamado de *episteme*.

Como enfatizou Foucault (1986), “a ordem arqueológica não é nem a das sistematicidades, nem a das sucessões cronológicas” (p. 169). Isso tem a ver com **formações discursivas**. “As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva” (FOUCAULT, 1986, p. 43-44). Tais regras de formação, segundo o filósofo, têm seu lugar no próprio discurso, e não na “consciência dos indivíduos” ou na “mentalidade”. De acordo com Roberto Machado (1988) a “‘definição de formações discursivas’ e suas regras, isto é, do saber e sua positividade, permite a *L’archeologie du savoir* se situar com relação à epistemologia e sua análise do conceito científico” (p. 177). Contudo, desde o começo de sua trajetória, a história arqueológica buscou posicionar sua “especificidade através da tentativa de dar conta conceitualmente da não-cientificidade do discurso [...] feito de diferentes maneiras” (p. 177-178).

Numa análise histórica que adota como questão ofensiva o limiar de epistemologização – “o ponto de clivagem entre as formações discursivas definidas por sua positividade e figuras epistemológicas que não são todas, forçosamente, ciências” -, ou seja, a cientificidade não serve como norma. “O que se tenta revelar, na **história arqueológica**, são as práticas discursivas, na

⁴ O termo *origem* é caramente questionado por Foucault. Ele recorre a Nietzsche para explicar a oposição entre **invenção** e **origem**. “Quando fala *invenção*, Nietzsche tem sempre em mente uma palavra que opõe a **invenção**, a palavra **origem**. Quando diz *invenção* é para não dizer **origem**; quando diz *Erfindung* é para não dizer *Ursprung* (FOUCAULT, 2005, p. 14 – grifos do autor).

medida em que dão lugar a um saber assume o *status* e o papel de ciência” (FOUCAULT, 1986, p. 216 – grifos do autor).

Ao analisar a trajetória da arqueologia de Michel Foucault, Roberto Machado afirma que

os princípios de análise definidos e ilustrados em *L’archeologie du savoir* relaciona mais com pesquisas históricas sobre as ciências antes realizadas do que com o tipo de análise que os livros seguintes farão sobre o poder que o próprio Foucault denominará “genealogia”. Assim, os quatro livros que analisamos apresentam entre si, quando considerados do ponto de vista do método, uma grande heterogeneidade, quando comparados com os seguintes, apresentam uma homogeneidade fundamental, que justamente torna possível identificar o projeto de uma história arqueológica e diferenciá-lo, tanto de uma epistemologia quanto de uma genealogia. A história arqueológica é datada no âmbito do projeto teórico de Foucault e na trajetória que ela seguiu, *L’archeologie du savoir* representa mais um ponto final do que um recomeço radical que, entretanto, se não acontece com ele, virá logo em seguida. Assim, *L’archeologie du savoir* nem é a explicação conceitual de uma metodologia antes aplicada e ainda não definida, nem o estabelecimento de um novo método de análise dos saberes que irá guiar as pesquisas posteriores. (MACHADO, 1988, p. 174-175)

Na sequência, Machado assinala que há evidente homogeneidade temática no conteúdo das pesquisas chamadas arqueológicas: *Histoire de la folie*, *Naissance de la clinique* e *Les mots et les choses*. No primeiro livro, Foucault descobre uma especificidade do discurso psiquiátrico, que é resultado de um processo em curso desde o século XVI. Em tal processo, aparece um discurso enganoso acerca do “conhecimento” da loucura, “é o inverso da produção de uma verdade cada vez mais depurada dos erros iniciais [...] é na relação direta com o louco na exclusão institucional e nos critérios sociais que a possibilitam” (MACHADO, 1988, p. 175). O autor explica quem em *Naissance de la clinique*, Foucault estuda a produção de conhecimento acerca da medicina na Idade Clássica e na Modernidade, seu foco passa a ser a doença de um modo geral, “a partir de dois aspectos diferentes, mas intrinsecamente relacionados: o olhar e a linguagem”. Essa obra, segundo Machado (1988, p. 175), “prolonga a investigação de *Histoire de la folie* no que diz respeito a uma história da medicina”. Foucault buscou estabelecer as características principais da ruptura entre a *medicina classificatória* e a *clínica médica moderna*. Em *Les mots et les choses*, Foucault prolonga a relação da medicina com seus saberes constituintes, entre esta época e aquela. Além de deslocar a pesquisa do

âmbito da medicina para o da história natural e da biologia, com o intuito de estudar a **configuração** de cada uma e a ruptura existente entre elas, Foucault passa a investigar vários aspectos: “estabelece homogeneidade entre a biologia e outros saberes da modernidade, economia e filologia – denominando a todos ‘ciências empíricas’ – a que opõe aos saberes analíticos da época clássica sobre os seres vivos, as riquezas e o discurso” (p. 176).

Na *História da loucura*, o método arqueológico aparece pela primeira vez, conforme Machado (1988, p. 86). Contudo, segundo Veiga-Neto (2011, p. 43), não se trata de um “método rígido, estável e preciso” e sim de uma “tentativa sempre renovada de dar conta do discurso científico”. Mas, foi na obra *A arqueologia do saber* que Foucault, segundo Veiga-Neto (2011), explicou detalhadamente como fez funcionar a arqueologia, para “descobrir como nos tornamos, na Modernidade, o que somos como sujeitos de conhecimento e como assujeitados ao conhecimento” (p. 44). Em *As palavras e as coisas*, a tarefa de Foucault consistiu em mostrar, de que maneiras diferentes modos de investigação procuraram, ao longo de trezentos anos, “instituir uma nova identidade – o sujeito moderno – como um novo objeto de discursos que produz ou como um objeto que vive num mundo natural ou biológico” (idem).

No penúltimo item, a formação das estratégias, do segundo capítulo de *A arqueologia do saber*, Michel Foucault chama atenção ao fato de discursos como a economia, a medicina, a gramática, a ciência dos seres vivos darem lugar a certas organizações de conceitos, reagrupamentos de objetos, tipos de enunciação, todos entendidos como elementos formadores de temas ou teorias. Independentemente do nível formal, Foucault denomina esses temas e teorias de “estratégias”. Assim descreve o autor:

tema, na gramática do século XVIII, de uma língua originária de que todas as outras derivariam e manteriam a lembrança por vezes decifrável; teoria, na filologia do século XIX, de um parentesco – direto ou colateral – entre todas as línguas indo-europeias, e de um idioma arcaico que lhes teria servido de ponto de partida comum; tema, no século XVIII, de uma evolução das espécies que desenvolve no tempo a continuidade da natureza e explica as lacunas atuais do quadro taxionômico; teoria, entre os fisiocratas, de uma circulação das riquezas a partir da produção agrícola. (FOUCAULT, 1986, p. 71)

A questão posta por Foucault consiste aqui em saber como tais temas e teorias se distribuem na história. O autor explica que, ao fazer a análise dessas estratégias, enfrenta dificuldade quanto ao detalhamento delas. Isso se dá, segundo ele, porque nos diferentes domínios discursivos que ele enumerou, “de uma forma bastante hesitante e, sobretudo no início, sem controle metódico suficiente, tratava-se de descrever, cada vez, a formação discursiva em todas as suas dimensões e segundo suas características próprias” (1986, p. 72) E, se havia necessidade de definir as regras de formação dos objetos, dos conceitos, das escolhas teóricas ou das modalidades enunciativas, como o fez o autor, ele percebeu que o ponto difícil da análise e aquele que demandava mais atenção findavam distinguindo-se uns dos outros.

Na *Histoire de la folie*, tratei de uma formação discursiva cujos pontos de escolha teóricos eram bastante fáceis de serem demarcados, cujos sistemas conceituais eram relativamente pouco numerosos e sem complexidade, cujo regime enunciativo, enfim, era bastante homogêneo e monótono; em compensação, o problema era a emergência de todo um conjunto de objetos, muito enredados e complexos; tratava-se de descrever, antes de tudo, a formação desses objetos, para demarcar, em sua especificidade, o conjunto do discurso psiquiátrico. Na *Naissance de la clinique*, o ponto essencial da pesquisa era a maneira pela qual se modificaram, no fim do século XVIII e início do século XIX, as formas de enunciação do discurso médico; a análise, então, havia-se voltado menos para a formação dos sistemas conceituais, ou para a das escolhas teóricas, do que o *status*, o lugar institucional, a situação e os modos de inserção do sujeito falante. Finalmente, em *Les mots et les choses*, o estudo se referia, em sua parte principal, às redes de conceitos e suas regras de formação (idênticas ou diferentes), tais como podiam ser demarcadas na gramática geral, na história natural, e na análise das riquezas. (FOUCAULT, 1986, p. 72)

Penso que aqui começa a clarear o conhecimento acerca do que Foucault entende por método, ou qual a razão de ser do método. Em primeiro lugar, como vimos, é possível que haja vários métodos, inviabilizando a possibilidade de se ter “um único método” a ser seguido, segundo nos ensinou a tradição. Talvez, o problema maior esteja no uso feito do termo. É comum se ver nas aulas de metodologia, principalmente nos cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* (se estende também ao mestrado e ao doutorado), o método ser o grande vilão e terror da/na pesquisa. E, dessa maneira, ironicamente, o que seria a luz condutora e caminho a ser percorrido tornou-se um grande fantasma. Trata-se de um problema, ao que parece sem solução,

um círculo vicioso, ao menos enquanto não mudar a maneira de pensar a questão. A “nossa modernidade”, nos dizeres de Foucault, exige um salto qualitativo, pois o método, muitas vezes é tornado camisa de força.

Assim, quando Foucault, na epígrafe deste texto, defende liberdade de escrita, ou liberdade para escrever é porque o pensamento exige liberdade. E, se não houver, é preciso haver enfrentamento teórico, pois a prática do pensamento, do estudo, da pesquisa, da escrita, em Foucault, tende a mexer com as estruturas vigentes. Para citar Deleuze (2000), “Nietzsche dizia que um pensador sempre atira uma flecha, como no vazio, e que um outro pensador a recolhe, para enviá-la numa outra direção [...] O que recebe, Foucault o transforma profundamente. Ele não para de criar [...] Talvez ele tenha trocado até o material da fecha” (DELEUZE, 2000, p. 146-147). Criação, invenção são tarefas do historiador no seu percurso de estudo. O método não está dado previamente. Se cantamos com Belchior, também na epígrafe, quando ele afirma não estar interessado em “nenhuma teoria, em nenhuma fantasia nem no algo mais” e diz que a sua “alucinação é suportar o dia-a-dia e meu delírio é a experiência com coisas reais”, não é para abandonar o rigor teórico, mas para negar e superar a dicotomia teoria e prática, bem como para compreender que a “nossa modernidade” não mais precisa de interpretação. Vale lembrar que Foucault se contrapôs a esse tipo de método, de experiência. Segundo Deleuze, “jamais interprete, experimente... O tema tão importante em Foucault das dobras e redobras remete à pele” (p. 109).

A partir do exposto, pergunto: o que é o método para Foucault, senão a experiência do estudo, da pesquisa e do enfrentamento teórico? A que deve estar atento o arqueólogo, senão aos ruídos difíceis de serem vistos, ou de investigar os pequenos sinais de olho numa **configuração** possível de ser reconhecida? Quais os objetos da arqueologia, senão as condições de ordenar mudanças? E a quem compete, em última instância, pôr essa ordem, senão ao historiador? A ordem é uma invenção? O método para Foucault consiste numa invenção? Sendo assim, seria leviano afirmar que não há método em Foucault. O mais prudente seria, então, dizer que o método foucaultiano é de outra ordem, diferentemente do convencional. Assim, não importa que nome ele dê: enunciado, arquivo, *episteme*. Para Foucault, o método tem a ver com as

condições de possibilidades, e, portanto, cada percurso está suscetível a mudanças e substituições, assim como há substituição de certos saberes por outros.

Referências bibliográficas

DELEUZE, Gilles. *Conversações, 1972 – 1990*. Tradução de Peter Pál Pelbart, Rio de Janeiro: Ed. 34, 2000.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 2ªed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

_____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução de Salman Tannus Muchail. 9ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. 3ªed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005.

MACHADO, Roberto. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault*. 2ªed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

RAGO, Margareth. Uma imagem da cultura em Michel Foucault e E. P. Thompson. In. *Pontos de interrogação*, n. 2, p. 9-28, 2009. Disponível em <<http://www.poscritica.uneb.br/revistaponti/arquivos/v1n2/vol1n2-9-28.pdf>>. Acesso em 25/07/12.

STÖRIG, Hans Joachim. *História geral da filosofia*. 17ªed. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

TERNES, José. *Michel Foucault e a idade do homem*. 2ªed. Goiânia: Ed. da UCG; Ed. da UFG, 2009.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault e a educação*. 3ªed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

_____. Teoria e método em Michel Foucault (in) possibilidades. In. *Cadernos de educação*, n.34, p. 83-94, setembro de 2009.